

FORMAÇÃO CONTINUADA DE DOCENTES PARA A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA

IRANI ALVES NOGUEIRA DO NASCIMENTO¹

CLEONICE DE OLIVEIRA RAMOS²

ANDRÉ DE OLIVEIRA MOURA BRASIL³

KIM NAY DOS REIS WANDERLEY DE ARRUDA FIGUEREDO⁴

RESUMO

O presente artigo tem a pretensão de explicar acerca da importância e da necessidade de uma formação inicial e continuada voltada aos professores que atuam no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia, traçar cronologicamente um percurso legal, bem como apresentar as características do ser docente e expor a possibilidade de sua formação no seu ambiente de trabalho e suas perspectivas e anseios quanto a essa formação. Para o embasamento teórico deste ensaio científico, utilizou-se de documentos legais que abordam sobre a Educação, bem como de abordagens apresentadas por estudiosos como Candau (2001) e Nóvoa (2002; 2009) dentre outros que versam sobre a temática. O estudo identificou um significativo número de documentos legais que versam sobre a temática. A formação é um processo contínuo que precisa se constituir no ambiente de trabalho dos professores que, ao refletirem sobre suas experiências, buscam se qualificar e se preparar e, assim, contribuir

¹ Especialista em Gestão Educacional e Metodologia do Ensino. Pedagoga / área Orientação Educacional do Campus Araguaína, do Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Tocantins – IFTO, Brasil. E-mail: irani.nascimento@ifto.edu.br

² Especialista em Gestão Educacional. Pedagoga / área Orientação Educacional do Campus Araguaína, do Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Tocantins – IFTO, Brasil. E-mail: cleonice.ramos@ifto.edu.br

³ Mestrando em ensino de Ciências e matemática, da Universidade Federal do Tocantins UFT, Professor da Rede Municipal de Educação de Araguaína, Brasil. E-mail: andreombrs@hotmail.com

⁴ Mestre em Educação pela Universidade Federal de Santa Maria UFSM, com Pós-Graduação de Especialização em Gestão e Auditoria na Administração Pública pelo Instituto Tocantinense de Pós-Graduação ITOP. Brasil. kim@ifto.edu.br

para o ensino aprendido dos alunos, considerando o interesse da comunidade local, sua realidade e suas necessidades, sendo isso um constante desafio.

Palavras-Chave: Formação de Professores. Educação Profissional. Docentes.

CONTINUING TRAINING OF TEACHERS FOR PROFESSIONAL AND TECHNOLOGICAL EDUCATION

ABSTRACT

This article intends to explain about the importance and the need for initial and continuous training aimed at teachers working at the Federal Institute of Education, Science and Technology, tracing a legal path chronologically, as well as presenting the characteristics of being a teacher and expose the possibility of their training in their work environment and their perspectives and desires regarding this training. For the theoretical basis of this scientific essay, we used legal documents that address Education, as well as approaches presented by scholars such as Candau (2001) and Nóvoa (2002; 2009) among others that deal with the theme. The study identified a significant number of legal documents dealing with the theme. Training is an ongoing process that needs to be constituted in the work environment of teachers who, when reflecting on their experiences, seek to qualify and prepare themselves and, thus, contribute to teaching students' learning, considering the interest of the local community, their reality and its needs, which is a constant challenge.

Keywords: Teacher Training. Professional Education. Teachers.

INTRODUÇÃO

Historicamente, várias lutas estiveram presentes no contexto econômico e social e, à medida que abroham novas necessidades na sociedade, surge também a necessidade de uma educação que acompanhe essas mudanças, num processo dinâmico que requer dos sujeitos envolvidos uma constante busca

por formação. Neste mundo globalizado, onde o acesso à informação e tecnologia cresce assustadoramente, a formação do professor e do aluno devem estar em consonância com a educação do Século XXI. É salutar acompanhar o processo de mudança que a sociedade exige para que, assim, haja uma contribuição quanto à formação de um novo sujeito, designado como um cidadão do conhecimento e da informação.

A aprendizagem da leitura e escrita requer cuidados especiais, pois o professor precisa realmente estar bem preparado e se tornar um investigador, tendo metas claras do que quer alcançar, para que, assim, incentive o aluno que necessita de um ambiente adequado para que esse conhecimento se processe, bem como de um professor que se torne um mediador que incentive e desenvolva a leitura e a produção textual.

Este trabalho tem a pretensão de explicar acerca da importância e da necessidade de uma formação inicial e continuada voltada aos professores dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, traçando, cronologicamente, um percurso legal, bem com apresentar as características do ser docente, expor a possibilidade de sua formação no seu ambiente de trabalho e suas perspectivas e anseios quanto a essa formação.

Pensar em educação pressupõe pensar a formação docente em prol de uma prática pedagógica com qualidade. Para tanto, é imprescindível oportunizar aos professores o acesso a essa formação, por meio de políticas adequadas, as quais considerem, também, o *lôcus* de trabalho do professor.

1 A FORMAÇÃO INICIAL E CONTINUADA DO PROFESSOR

A formação inicial e continuada docente anda longe de atingir seus objetivos, considerando os anseios dos docentes e a necessidade da sociedade em plena era tecnológica. Por um lado, alguns docentes estão insatisfeitos com a atual política educacional das instituições de Ensino Superior, as quais, tendo como política a democratização das ofertas de vagas, estão despreparadas para atender a demanda, acabando por ofertar uma má qualificação. Do outro lado, encontra-se a formação continuada, que parece não atender às necessidades dos professores e nem se relaciona com sua prática.

Ao pesquisar sobre a história da formação docente percebe-se que é um assunto bastante discutido. A formação continuada não é uma prática nova, ela existe desde longos tempos, na tentativa de qualificar os professores e melhorar suas práticas. A formação contínua é dada como processo ininterrupto e permanente de desenvolvimento, “não é, portanto, algo eventual, nem apenas um instrumento destinado a suprir deficiências de uma formação inicial mal feita ou de baixa qualidade, mas, ao contrário, deve ser sempre parte integrante do exercício profissional do professor” (LARANJEIRA, 1999, p. 25). É preciso que haja um afincamento nesse processo, tornando-se uma prática constante e interminável.

2 FUNDAMENTAÇÃO LEGAL NO PERCURSO CRONOLÓGICO

São significativos os documentos legais que conduzem a uma formação voltada aos professores, no intento de melhorar o Sistema Educacional, no que se refere ao ensino aprendido dos alunos. Professores qualificados e mais

preparados atuam com mais segurança e contribuem, também, para a formação dos alunos.

Traçando um percurso cronológico, a primeira LDB nº 4.024/1961, em seu artigo 59, apontou dois caminhos que foram estabelecidos para a formação de professores. O primeiro deles diz respeito às Faculdades de Filosofia, Ciências e Letras, as quais se destinassem ao magistério no Ensino Médio. O segundo, diz respeito aos Cursos Especiais de Educação Técnica, os quais habilitavam para disciplinas do Ensino Técnico.

Porém, esse artigo demorou a ser regulamentado e, antes desta regulamentação, o Ministério da Educação-MEC chegou a tomar algumas iniciativas. Em 1961, baixou a portaria Ministerial nº 141/61 sobre normas para registros de professores do Ensino Industrial.

Em virtude de carência de professores de Ensino Técnicos habilitados em Nível Superior, considerada uma reivindicação da Lei nº 5.540/68, o MEC foi autorizado, pelo Decreto-Lei nº 655/69, a organizar e coordenar cursos superiores de formação de professores destinados ao ensino técnico agrícola, comercial e industrial.

Nesse contexto, a Portaria Ministerial nº 339/70 apresentou cursos emergenciais, denominados Esquema I, voltados para complementação pedagógica de portadores de diploma de nível superior e Esquema II, destinados a técnicos diplomados e continham disciplinas pedagógicas do Esquema I e as de conteúdo técnico específico.

Em 1971, surgiu outro plano que versa sobre formação de professores para disciplinas especializadas, mas voltado para o Ensino Médio em geral para atender a Lei 5.692/71, hoje revogada. Face à urgência de atender o que preceituava esta Lei, os Cursos Esquemas I e II ganharam normas adicionais do

MEC e o Conselho Federal de Educação (CFE), pela Portaria Ministerial nº 432/71, abordou sobre o currículo mínimo voltado à formação de professores para disciplinas correspondentes às áreas econômicas primária, secundária e terciária. (BRASIL, 1982)

O currículo dos cursos de grau superior para a formação de professores de disciplinas especializadas do ensino médio, relativas às atividades econômicas primárias, secundárias e terciárias, dividir-se-á em dois esquemas: a) Esquema I, para portadores de diplomas de grau superiores relacionadas à habilitação pretendida, sujeitos à complementação pedagógica, com a duração de 600 (seiscentas) horas; b) Esquema II, para portadores de diplomas de técnico de nível médio, nas referidas áreas com a duração de 1.080 (mil e oitenta), 1.280 (um mil duzentos e oitenta) ou 1.480 (um mil quatrocentos e oitenta) horas. (BRASIL, 1971). No esquema II, além de estudar as disciplinas do Esquema I, contava-se, também, com disciplinas de conteúdo correlativas à área de habilitação. (BRASIL, 1971)

Em 1977, a Resolução nº 3 do Conselho Federal de Educação estabeleceu a licenciatura plena para a parte de formação especial do 2º grau, implantando currículo mínimo e definindo que as instituições de ensino que ofertassem os cursos que compõem os Esquemas I e II os transformassem em licenciaturas. Mas somente para as regiões, cuja falta de recurso materiais e humanos era latente, foi admitida a implantação de licenciaturas que faziam parte do Esquema I. (MACHADO, 2008)

Logo em seguida, em 1978, a partir da expansão do parque industrial brasileiro, segundo Pereira (2004, p. 06) "[...] acendera a exigência de alteração na formação de profissionais, dando-se peso à questão do domínio de tecnologias mais avançadas por parte dos técnicos [...]", o que acarretou,

consequentemente, a necessidade de formação de professores, os quais tivessem domínio de conteúdos específicos.

De acordo com Pereira (2004, p. 05), “O trabalho dos Centros Federais de Educação Tecnológica na formação de professores iniciaram no ano de 1978, durante o governo Ernesto Geisel, com a criação dos três primeiros Centros Federais, pela Lei nº 6.545, 30 de junho de 1978,[...]”. Assim, os três primeiros Centros Federais localizam-se em Minas Gerais, Paraná e Celso Suckow da Fonseca. A partir de então, alguns objetivos são traçados, os quais são elencados no artigo 2º da referida lei, a saber:

- I - Ministrando ensino em grau superior;
 - a. de graduação e pós-graduação lato sensu e stricto sensu, visando à formação de profissionais e especialistas na área tecnológica;
 - b. licenciatura com vistas à formação de professores especializados para as disciplinas específicas do ensino técnico e tecnológico;
- II - Ministrando cursos técnicos, em nível de 2º grau, visando à atualização e à formação de técnicos, instrutores e auxiliares de nível médio;
- III- Ministrando cursos de educação continuada na área tecnológica, visando à atualização e ao aperfeiçoamento de profissionais na área tecnológica;
- IV- Realizar pesquisas aplicadas na área tecnológica, estimulando atividades criadoras e estendendo seus benefícios à comunidade mediante cursos e serviços. (BRASIL, 1978).

Evidencia-se, então, que, a partir de 1978, os referidos centros tiveram a pretensão de formar professores, tendo em vista as particularidades das disciplinas específicas das áreas técnicas, [...]” o que se constituiu numa valiosa contribuição à época, [...]”. (PEREIRA, 2004, p.09) Isso foi relevante, tendo em vista a ausência e a necessidade de um corpo docente com formação em faculdades de educação que estivessem habilitados para essas disciplinas. Com

isso, possibilitou-se o ingresso de técnicos e bacharéis para atuarem nessas disciplinas, os quais, muitas vezes, não possuíam uma formação condizente para atuarem na docência.

Em seguida, considerando os termos da Lei nº 6.545, de 30 de junho de 1978, alterada pela Lei nº 8.711/1993 e do Decreto nº 87.310/1982, no ano de 1994, com a Lei nº 8.948, que dispõe sobre a instituição do Sistema Nacional de Educação Tecnológica e dá outras providências, confere-se às escolas a condição de tornarem-se centros federais, com destaque para o artigo 3º, que ratifica a formação de professores e especialistas já mencionada.

Art.3º - São características básicas dos Centros Federais de Educação Tecnológica:

- I - Integração do ensino técnico de 2º grau com o ensino superior;
- II - Ensino superior como continuidade do ensino técnico de 2º grau, diferenciado;
- III - Acentuação na formação especializada, levando-se em consideração tendência do mercado de trabalho e do desenvolvimento;
- IV - Atuação exclusiva na área tecnológica;
- V - Formação de professores e especialistas para as disciplinas especializadas do ensino técnico do 2º grau;
- VI - Realização de pesquisas aplicadas e prestação de serviços;
- VII - Estrutura organizacional adequada a essas peculiaridades e aos seus objetivos (BRASIL, 1994, p.38).

Sabe-se que, a partir da década de 90, com o acesso à informação de forma global, devido à internet, a formação docente ganhou outro interesse: formar para utilizar diferentes tecnologias relativas às áreas de atuação. Assim, torna-se mais veemente a necessidade de formar professores, dada às especificidades das disciplinas relacionadas às áreas técnicas.

Com foco na prática educativa, vale enfatizar a LDB N° 9.394/96, considerando a sua preocupação em relação à formação dos profissionais da educação para atender às necessidades vigentes. Quanto à formação inicial e continuada, a referida lei vislumbra medidas voltadas à melhoria da qualidade do ensino. Isso suscita uma prática do professor mais efetiva e uma postura responsável por parte do sistema de ensino no sentido de viabilizar essa formação.

Nesse sentido, conforme expresso no art. 62-A, parágrafo único, da referida lei, ao profissional é garantido uma formação continuada "[...] no local de trabalho ou em instituições de educação básica e superior, incluindo cursos de educação profissional, cursos superiores de graduação plena ou tecnológicos e de pós-graduação." (BRASIL, 1996). Garantia essa que deixa a desejar, tendo em vista que, conforme pesquisas, não ocorre a contento.

No documento Políticas Públicas para a Educação Profissional e Tecnológica (2004), formulado pelo MEC, institui-se, a partir de linhas estratégicas para a formação de professores, algumas ações, a saber: estabelecer uma política de formação de professores para a educação profissional e tecnológica; criar possibilidades de formação inicial e continuada para os professores, evitando-se o erro constante da improvisação; oferecer condições legais para que os técnicos de nível médio possam ministrar disciplinas técnicas dos currículos de cursos de qualificação na sua área de especialização quando da falta de profissionais de nível superior, dentre outras.

Isso revela que o governo se preocupava em garantir a melhoria da qualidade e que a falta de recursos humanos qualificados é, sem dúvida, um grande entrave para a expansão da educação profissional.

Diante do exposto compreende-se a relevância dada à formação profissional, tendo em vista que a atuação do professor, por meio de suas práticas depende, sobretudo, de sua formação. Todavia é necessário não somente leis que amparem essa necessidade, mas também é imprescindível oportunizar a esse profissional mecanismos para que ele tenha uma formação que o ajude a ser professor, um profissional que pode contribuir para a formação de outros seres que atuarão na sociedade.

3 O SER PROFESSOR

É pertinente ressaltar que, dentro da sala de aula, o professor é o principal responsável pelo processo ensino e aprendizagem dos educandos, cabendo-lhe fazer as intervenções necessárias, com metodologias diferenciadas, a fim de que todos despertem a vontade de aprender.

De acordo com Libânio (2005), o profissionalismo do professor precisa, de acordo como o contexto social em que esteja inserido, considerar suas novas atribuições, as quais são apresentadas em sua formação inicial, assim como também na continuada. Por outro lado, o papel da escola deverá articular e promover um espaço para que haja um planejamento por área com o intuito de que haja troca mútua de conhecimento e experiências, desse modo uns aprendam com os outros, surgindo, então, a formação a partir da interação entre os próprios colegas.

Enquanto espaço privilegiado de Educação Continuada e no qual se insere o aprender e o ensinar, a escola, vislumbrando as necessidades dos profissionais, precisa incentivar e empreender a construção de propostas

articuladas no coletivo, tendo em vista que a educação é trabalho coletivo e em equipe.

Nessa perspectiva, essa instituição tem de planejar e executar ocasiões que despertem nos professores momentos de ação- reflexão- ação em busca de uma docência humanizadora, com o intuito de ampliar, hoje a consciência, “[...] para que no futuro sejam Seres Humanos mais evoluídos, promovendo virtudes para um outro mundo possível. Isso permitirá aos docentes um olhar, desvelando o que está além do refletido no espelho de suas vidas e do planeta.” (PORTAL & FRANCISCONE, 2007, p. 565)

Cabe, então, à formação inicial e continuada, promover um espaço no qual se compreenda melhor os fatores que envolvem o aprender e o ensinar, principalmente ao lidar com alunos. Nascimento (2003) compreende que formação continuada é algo que ocorre após uma formação inicial para melhorar as qualificações pessoais, sendo também considerada

Toda e qualquer atividade de formação do professor que está atuando nos estabelecimentos de ensino, [...], incluindo-se aí os diversos cursos de especialização e extensão oferecidos pelas instituições de ensino superior e todas as atividades de formação propostas pelos diferentes sistemas de ensino (NASCIMENTO, 2003, p. 70).

Assim, tanto a formação quanto o trabalho docente são importantes, tendo em vista que precisam ser contempladas como atuações contínuas e que se relacionam com o dia a dia do professor. Para Nóvoa (2002, p.23), “O aprender contínuo é essencial e se concentra em dois pilares: a própria pessoa, como agente, e a escola como lugar de crescimento profissional permanente”. Para esse estudioso, a formação continuada se dá de maneira coletiva e depende de experiência, reflexões como instrumentos de análise. Essa formação coletiva pode ser viabilizada no ambiente de trabalho, a partir de momentos de

socialização e reflexão organizados na própria escola, em momentos significativos que viabilizem ao professor repensar suas práticas contextualizando-as.

4 FORMAÇÃO CONTINUADA DO PROFESSOR NO AMBIENTE DE TRABALHO

É necessário destacar também o ambiente de trabalho enquanto local que possibilite a formação continuada, considerada como sendo aquela que se realiza no próprio local de trabalho do professor, podendo ser organizada e desenvolvida pelas instâncias superiores de ensino, tendo como referência as realidades da escola.

As ideias de Candau (2001) coadunam com as de Nóvoa (2002, 2009) quanto ao processo formativo no local de trabalho, os quais ponderam acerca dos saberes do professor. Candau apresenta três teses que contemplam os principais eixos investigativos a serem repensados no que se refere à formação continuada. Primeiramente se faz necessário repensar a escola enquanto lócus de formação continuada, pois, para ela, "[...] é preciso deslocar o lócus da formação continuada de professores da universidade para a própria escola de primeiro e segundo graus." (CANDAU, 2001, p. 55).

Já o segundo eixo versa acerca da valorização do saber docente no processo de formação continuada, principalmente os saberes da experiência, pois para a referida autora, a experiência é um "[...] núcleo vital do saber docente, e a partir de qual o professor dialoga com as disciplinas e os saberes curriculares. (CANDAU, 2001, p.59). E no terceiro e último eixo, segundo Candau, para se pensar a formação continuada entra em cena o ciclo de vida

dos professores, pois cada um deles são únicos e encontram-se em fases distintas de suas vidas, sendo, portanto, necessário considerá-lo.

É salutar que se tenha a consciência de que as necessidades, os problemas, as buscas dos professores não são as mesmas nos diferentes momentos do seu exercício profissional e que muitos dos esquemas de formação continuada ignoram esse fato. Eles são os mesmos seja para o professor iniciante, para o professor que já tem uma certa estabilidade profissional, para o professor numa etapa de enorme questionamento de sua opção profissional e para o professor que já está próximo da aposentadoria. (CANDAU, 2001).

Nessa perspectiva, foca-se no ser humano, que se constitui de necessidades e problemas, pois, além de um profissional, é, também, um ser social. Coadunando com a abordagem de Candau e complementando-a, é pertinente destacar a concepção de Nóvoa. Para ele, a formação contínua ancora-se na dinamização de projetos de investigação- ação, realizados dentro do contexto escolar e consolida-se nas redes de trabalho coletivo e de partilha constituídas por diversos atores educativos. (NÓVOA, 2009).

Assim, as escolas tornam-se lugares de formação contínua, momento em que os professores direcionam seu foco aos problemas a resolver, sem privilegiar os conteúdos a serem transmitidos. (NÓVOA, 2002). As propostas teóricas só farão sentido se "[...] construídas dentro da profissão, se forem apropriadas a partir de uma reflexão dos professores sobre o seu próprio trabalho." Caso contrário serão somente "[...] injunções do exterior, serão bem pobres as mudanças que terão lugar no interior do campo profissional docente." (NÓVOA, 2009, p. 19).

O renomado autor acastela três eixos de referência considerados inovadores no que se refere à formação contínua de professores. O primeiro

deles é o desenvolvimento pessoal, que aborda a importância de estimular um conhecimento profissional partilhado, centrado no professor e em sua experiência. Para ele, ao se pensar sobre a formação contínua de professores é salutar "[...] falar da criação de redes de (auto) formação participada, que permitam compreender a globalidade do sujeito, assumindo a formação como um processo interativo e dinâmico." (NÓVOA, 2002, p.57).

Já o segundo eixo, que versa sobre o desenvolvimento profissional, enfatiza a necessidade de incentivar o investimento no que diz respeito aos saberes produzidos pelo professor, articulando-os sob um ponto de vista teórico e conceitual.

O terceiro e último eixo é o desenvolvimento organizacional, que se refere ao investimento na escola e em seus projetos. O referido autor enfatiza que a mudança educacional está na dependência dos atores educativos e de sua formação.

Assim, a formação concebe-se como uma intervenção educativa e é solidária quanto aos desafios de mudança das escolas e dos professores. Sugere-se aqui uma nova visão paradigmática da formação contínua dos professores, entendida como uma variável essencial do desenvolvimento das pessoas e das organizações. (NÓVOA, 2002).

As proposições tanto de Nóvoa (2002; 2009) como de Candau (2001) conduzem o professor a desenvolver atitudes reflexivas e investigativas acerca de própria prática, a partir da compreensão contínua dos seus conhecimentos e dos outros.

Dessa feita, construir-se-á uma identidade que dará sentido àquilo que se faz, refletindo sobre as práticas pedagógicas, em formações realizadas dentro do próprio ambiente de trabalho. Entretanto há muito o que percorrer para que

essa prática formativa se torne uma realidade e resta ao ser professor superar muitos desafios e anseios.

De acordo com Imbernón (2010), a formação pretende obter um profissional que deva ser, ao mesmo tempo, agente de mudança, individual e coletiva. O docente, ao planejar sua tarefa, precisa ser visto não apenas como um técnico, mas como facilitador de aprendizagem ao provocar reflexões no intuito de ter a participação e a cooperação dos alunos. Hoje, o profissional docente assume um excesso de responsabilidade, tornando-se difícil de delimitar suas funções. Há um processo constante de mudanças em vista das novas exigências em relação à aprendizagem, à organização, aos temas transversais, uma pressão em favor de uma educação para a produtividade, é o que indica Imbernón (2010).

A capacitação profissional favorece a identidade escolar como um todo, uma vez que as mudanças sociais são constantes e aceleradas, cabendo aos profissionais da educação adequar sua prática às novas exigências do mercado, pois de nada adianta investimento das políticas se não houver interesse na aplicabilidade de novos conhecimentos indispensáveis para o contexto em que se encontram os professores e os alunos.

O programa de capacitação deve promover a autonomia do aluno fazê-lo perceber a importância de aprender a relacionar teoria e prática na busca na resolução de problemas. Esse é o grande desafio a ser enfrentado pelo professor que precisa se reconstruir para se tornar um mediador entre o aluno e o conhecimento que tenha aplicabilidade na vida dele. Para tanto se faz necessário,

Superar o histórico de fragmentação, improviso e insuficiência de formação pedagógica que caracteriza a prática de muitos docentes da educação profissional de hoje implica reconhecer

que a docência é muito mais que mera transmissão de conhecimentos empíricos ou processo de ensino de conteúdos fragmentados e esvaziados teoricamente. Para formar a força de trabalho requerida pela dinâmica tecnológica que se dissemina mundialmente, é preciso um outro perfil de docente capaz de desenvolver pedagogias do trabalho independente e criativo, construir a autonomia progressiva dos alunos e participar de projetos interdisciplinares. (MACHADO, 2008, p. 15).

O docente não pode se ver como um simples transmissor de conhecimento, mas tornar-se criativo para que construa a autonomia dos alunos. Sendo o professor o elemento fundamental do processo educativo, é cada vez mais solicitado a dar respostas a questões que lhes são colocadas e para as quais não recebeu uma formação adequada. Nesse sentido, só agindo sobre aquilo que se conhece se consegue analisar e transformar, como revela Freire (1996, p.109), “[...] o espaço pedagógico é um texto para ser constantemente lido, interpretado, “escrito” e “reescrito”.

Dessa feita, entende-se que são inúmeros os desafios a serem enfrentados pelos profissionais da educação, sendo pertinente abordar acerca da importância da formação continuada, para que auxilie os professores a mudarem também o seu modo de pensar, de realizar o seu trabalho, andar conforme as mudanças que ocorrem no mundo. Com a expansão dos Institutos Federais de Educação no Brasil, entraram professores formados só nos cursos específicos profissionais, e muitos deles não se reconheceram como professores realmente, mas como técnicos (engenheiros, químicos, administradores, etc.) sem cursos de licenciatura, sem formações pedagógicas, outro obstáculo a ser superado.

Isso evidencia uma resistência aos apelos por uma ação fundada nas contribuições pedagógicas, o que ocasiona, por sua vez, evasões em alguns

cursos, tendo em vista que muitos desses profissionais não conseguem motivar o aluno, muitos não têm experiência em salas de aula. São muitas as dificuldades, em função do pouco entendimento dos princípios pedagógicos e dá falta de experiências concretas.

Essas dificuldades fazem com que o profissional tenha anseios quanto à formação continuada voltada às suas práticas no contexto de educação profissional, na perspectiva de que o aprender contínuo é essencial em qualquer profissão, devendo o professor se basear em sua pessoa enquanto sujeito e na escola enquanto lugar de crescimento profissional permanente. Em consonância com Machado (2008), é pressuposto básico que o docente da educação profissional seja um sujeito de reflexão e de pesquisa e conduza seus alunos a compreenderem, de forma reflexiva e crítica, o mundo do trabalho e dos sistemas tecnológicos dentro dos quais eles evoluem.

Outro desejo do professor é que se apresentem estratégias de formação docente por meio de uma política pública de educação profissional consoante com a “[...] urgência na formulação de uma política global de formação de profissionais da educação que articule formação inicial e continuada, plano de carreira e salários condignos [...]”. (BRASIL, 2004, p. 19).

Destarte, a educação profissional requer uma gama de conhecimentos, a qual contribui para autonomia do profissional da educação, o qual deixa de ser apenas um técnico que repassa o conhecimento restritamente, para conduzir seu alunado a outros aspectos que vão além do pré-estabelecido. Além disso, ele precisa buscar sua formação com vista ao interesse da comunidade local, sua realidade e suas necessidades, sendo isso um constante desafio.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após um processo de reflexão, a partir de uma pesquisa bibliográfica em diversos textos e documentos oficiais, entende-se que a formação é um processo contínuo que vai além dos muros das escolas, mas precisa se constituir no ambiente de trabalho dos professores. Isso se faz necessário tendo em vista que há um interesse em romper com o tradicional e adequar-se ao contexto atual, pois a sociedade requer um cidadão preparado para atender ao mercado de trabalho.

Há um significativo número de documentos legais que conduzem a uma formação voltada aos professores, para melhorar o sistema educacional, pois sabe-se que professores qualificados e mais preparados atuam com mais segurança, contribuindo para o ensino aprendido dos alunos e, conseqüentemente, para a sua formação.

Sabe-se que a atuação do professor, por meio de suas práticas, depende, sobremaneira, de sua formação, todavia é necessário não somente leis que amparem essa necessidade, mas também é imprescindível oportunizar a esse profissional mecanismos para que ele tenha uma formação que o ajude a ser professor, contribuindo para a formação de outros seres que atuarão na sociedade.

Tanto a formação quanto o trabalho docente são importantes e precisam ser contemplados como atuações contínuas e que se relacionam com o dia a dia do professor, ao refletir sobre suas as práticas pedagógicas, em formações realizadas dentro do próprio ambiente de trabalho. Entretanto há muito o que percorrer para que essa prática formativa se torne uma realidade e resta ao ser professor superar muitos desafios e anseios.

Nessa perspectiva, a educação profissional suscita uma gama de conhecimentos, a qual contribui para autonomia do profissional da educação que deixa de ser apenas um técnico que repassa o conhecimento restritamente, para conduzir seu alunado a tornar-se crítico e reflexivo. Além disso, o professor precisa buscar sua formação com vista ao interesse da comunidade local, sua realidade e suas necessidades, sendo isso um constante desafio a ser superado por todos que fazem parte da árdua missão de educar para e numa sociedade altamente dinâmica e que carece de sujeitos, também, dinâmicos.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. **Portaria Ministerial. n.º 432**, de 19 de julho de 1971. **Estabelece Normas para organização curricular do Esquema I e do Esquema II, relativas aos cursos superiores de formação de professores de disciplinas especializadas para habilitação do ensino médio, relativas às atividades econômicas primárias, secundárias e terciárias.** Brasília, 1971. Disponível em: < http://siau.edunet.sp.gov.br/ItemLise/arquivos/notas/port432_71.html> Acesso em: 20 jan. 2020.

_____. **Lei 6.545/78, 30 de junho de 1978.** Dispõe sobre a transformação das Escolas Técnicas Federais de Minas Gerais, do Paraná e Celso Suckow da Fonseca em Centros Federais de Educação Tecnológica e dá outras providências. Diário Oficial da União de 4 de julho de 1978. Brasília, 1994. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/civil_03/leis/L6545.html> Acesso em: 20 jan. 2020.

_____. **Lei 5.540/68, 20 de novembro de 1968.** Fixa normas de organização e funcionamento do ensino superior e sua articulação com a escola média, e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/civil_03/leis/L5540.html Acesso em: 20 jan. 2020.

_____. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais. **A profissionalização do ensino na Lei n 5.692/71.** XVIII Reunião Conjunta do

Conselho Federal de Educação com os Conselhos Estaduais de Educação. Brasília, 1982. 76p.

_____. **Lei nº 8.948, de 8 de dezembro de 1994.** Dispõe sobre a instituição do Sistema Nacional de Educação Tecnológica e dá outras providências. Diário Oficial da União, de 9 de dezembro de 1994, Brasília.

_____. Ministério da Educação. **Políticas públicas para a Educação Profissional e Tecnológica.** Brasília, 2004. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf/pp.pdf>. Acesso em: 20 jan. 2020.

_____. **A formação de professores para a educação profissional.** Fórum de Educação Profissional, 2004b. Disponível em http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf/Texto_apresenta01.pdf. Acesso em: 20 jan. 2020.

_____. **Plano Nacional de Educação 2014-2024** (recurso eletrônico): Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014, que aprova o Plano Nacional de Educação (PNE) e dá outras providências. - Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2014. Disponível: <http://www.observatoriodopne.org.br/uploads/referencia/file/439/documento-referencia.pdf> Acesso em: 20 jan. 2020.

_____. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. **Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961.** Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-4024-20-dezembro-1961-353722-publicaçãooriginal-1-pl.html>. Acesso em: 20 jan. 2020.

BRASIL. **Portaria Ministerial nº 339/70.** Trata sobre os desenhos dos cursos emergenciais. Esquema I, II e III. Disponível em: <http://google/gAM6Zx> . Acesso em: 20 jan. 2020.

CANDAU, Vera Maria. **Formação Continuada de Professores: Tendências Atuais.** In: CANDAU, Vera Maria (Org.). Magistério Construção Cotidiana. 4ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001.

FREIRE P. **Pedagogia da autonomia:** saberes necessários a prática educativa. 36. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

IMBERNÓN, Francisco. **Formação docente e profissional: formar-se para a mudança e a incerteza**. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

LARANJEIRA MI. et al. Referências para formação de professores. In: Bicudo MV; Silva Jr CA. (org.). **Formação do educador e avaliação educacional: formação inicial e contínua**. São Paulo: UNESP, 1999; 2:17-45.

LIBANEO, José Carlos. **Educação Escolar, políticas, estrutura e organização**. 2. Ed. São Paulo, Cortez, 2005.

MACHADO, Lucília Regina de Souza. Diferenciais Inovadores na Formação de Professores para a Educação Profissional. In: **Revista Brasileira da Educação Profissional e Tecnológica**. Brasília: Ministério da Educação/ Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica, 2008. V.1. nº1 (jun. 2008 - anual), p. 8-22. Disponível em: <http://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/RBEPT/article/view/2862/1003> Acesso em: 20 jan. 2020.

NASCIMENTO M. A formação continuada dos professores: modelos, dimensões e problemática. In: **Magistério: construção cotidiana**. CANDAU, V.M. 5. ed. Petrópolis: Vozes, 2003, p. 69- 90.

NÓVOA, Antônio. **Revista Nova Escola: Os novos pensadores da educação**. Edição nº 154, agosto/2002, p. 23.

_____. Professores - **Imagens do Futuro Presente**. Lisboa: Editora Educa, 2009.

PEREIRA, L.A.C. **A formação de professores e a capacitação de trabalhadores da educação profissional e tecnológica**. Portal MEC, 2004. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf/tema5b.pdf>. Acesso em: 20 jan. 2020.

PORTAL, L. L. F.; FRANCISCONE, F. Contribuições da Educação Continuada na Construção da Inteiraza dos Docentes da Educação Superior. **Educação**, v. 30, n. 3, 14 mar. 2007. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/faced/article/view/2750> Acesso em: 20 jan. 2020.